

A respeito de uma prisão que não tinha trancas

Joelma Rodrigues¹

Deu nos jornais, a grande imprensa fez questão de mostrar, em todos os horários, imagens de cinco mulheres libertadas do cárcere onde eram mantidas pelo pai/marido.

Mostraram imagens de uma história marcada pela violência, pela negação de quaisquer direitos, quaisquer possibilidades de existência fora das paredes daquela prisão. A história narrada pela imprensa trazia, por um lado, certo alívio (estavam livres), e por outro, uma sensação de terror/insegurança.

O quadro apresentado era aterrador, sem dúvida, mas foi uma frase – curta e objetiva, de uma crueza simplesmente desconcertante, que conseguiu expressar o grau que aquela relação violenta, doentia, absurda havia alcançado: “A casa não tinha trancas”².

Uma mulher de 45 anos (confinada há 22), e quatro adolescentes (nascidas em cativo), não saíam de casa. Não pelo fato de estarem trancadas (materialmente), o pai- carcereiro não dispunha de trancas, correntes, grades... submeteu-as física e psicologicamente, implantou-lhes o medo, construiu um regime de terror tão eficiente que suas vítimas não esboçavam reação.

Ameaçava-as de morte, feria-lhes o corpo e a alma com as surras que lhes aplicava e ameaças que proferia. Como Francisco conseguiu, durante 22 anos, manter Maria Lúcia confinada, matar três de seus filhos e condenar à prisão as quatro filhas sobreviventes?

¹ Joelma Rodrigues é doutora em História pela Universidade de Brasília – UnB ; leciona no UniCEUB

² Revista Veja. ed.1.406, ano 28, n. 34, p. 96.

Versar a respeito da loucura de Francisco não justifica nem mesmo explica o fato de que cinco pessoas foram submetidas e tiveram suas vidas dirigidas por sua “loucura”. Há muito mais que loucura nesta história.

Na verdade, o que incomoda é que olhamos esta história como se fora algo *sui generis*, quando não é, ela pode até ser encarada como uma conjunção de excessos, mas não é só isso: a raiz que permite esse tipo de acontecimento é a mesma, o poder, da forma que foi descrito/interpretado por M. Foucault.

Referindo-se ao poder, esse autor magistralmente afirmou que “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares [...]: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns sejam dotados: *é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada.*” (FOUCAULT, 1990, p. 89).

Isso significa dizer que a prisão sem trancas foi possível porque atendia às necessidades de Francisco, necessidades de mando, domínio, controle. Necessidades respaldadas pela cultura que o criou.

Em nada o carcereiro-pai inovou. Encontrava-se apenas imbuído da ideia de que, ao homem chefe-de-família, cabe o dever de proteger a honra das mulheres, a honra da família que, em última instância, é a honra masculina.

O pai-marido-carcereiro exerceu soberbamente o papel de protetor, foi de uma competência impressionante. Olhando sua atuação, não há como deixar de admirar a capacidade de controle, a capacidade de assimilar os ensinamentos que obteve em sociedade. Grandioso estrategista!

No entanto, ainda há mais: relações violentas são construídas histórica e socialmente. De acordo com Marilena Chauí, a violência é “o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém”. (CHAUÍ, 1994, p. 337).

Dessa forma, Francisco cometeu, com e contra sua família, todas as formas de violência, do confinamento ao assassinio. A violência cometida encontrou terreno fértil justamente onde houve “renúncia à liberdade”; assim, a inércia e o conformismo seriam expressões dessa renúncia que, em outras palavras, significaria introjetar a prisão. Acatá-la, tê-la como normal.

Em 1951, Wilhelm Reich buscou responder à questão colocada duzentos anos antes por Rousseau: “o homem nasce livre, mas é como escravo que ele passa sua vida” (1982, p. 1). De acordo com Reich, existem alguns passos essenciais para que alguém que esteja preso possa ser livre: primeiro, reconhecer que se está preso, segundo, encontrar uma saída. Tão simples, tão claro. Contudo, ainda acompanhando seu raciocínio, percebemos que todos os que se encontram na prisão sabem onde se encontra a saída, mas passam a vida querendo ser felizes, criar os filhos, comprar um carro, enfim, sobreviver na prisão. Por quê? O problema não é a prisão, são os prisioneiros que nutrem um pavor gigantesco da saída da prisão, o *estar fora da prisão* que, para Reich, era estar Vivo, assusta e enlouquece os prisioneiros: “As chaves para sair da prisão estão cimentadas na armadura do nosso caráter e na rigidez mecânica do corpo e da alma.” (REICH, 1982, p. 6)

Maria Lúcia e suas filhas seriam verdadeiros protótipos dos prisioneiros de Reich: não foi necessário trancá-las; a Francisco, bastou inculcar-lhes o medo de ser livre, de viver fora da prisão.

As tentativas de fuga, todas frustradas, se por um lado não nos levam a verificar que houve em Maria Lúcia força, ou mesmo vontade de reagir, por outro lado mostra-nos que Maria buscava afirmar sua humanidade, afirmar-se enquanto sujeito. Contudo, pergunto: até que ponto não podemos vê-la como cúmplice de seu carrasco?

De fato, não se pode afirmar que Francisco é o único responsável. Ao contrário, ele mesmo é apenas um produto de valores, padrões e normas de uma sociedade que transforma as mulheres, da família ou não, em propriedades masculinas. Francisco encarna a ideia de serem as mulheres desprovidas de razão e vontade, devendo, por isso, serem protegidas, conduzidas, confinadas mesmo, para o bem delas. .

A aparente irracionalidade da situação é resolvida, se compreendermos que a mesma cultura que produziu um Francisco, produziu uma Maria Lúcia, polos complementares, só sendo possível a existência de um a partir do outro. Não haveria a possibilidade de um Francisco agir do modo que agiu se não houvesse uma Maria representando o papel de área privatizada, corpo/mente dominados.

Roger Chartier esclarece que: “As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem suas figuras” (CHARTIER, 1990, p. 27). Não há possibilidade de realizarmos nenhuma análise objetiva dos comportamentos de Maria Lúcia e de Francisco – que são o mote gerador deste artigo –; as categorias que produzem um ser humano são infinitas, podemos apenas vislumbrá-las, penetrar em suas estruturas seria impossível. Cabe-nos, portanto, concordar com Chartier e encará-las enquanto produtos da conjunção/articulação de inúmeras práticas; práticas que geram seu espaço e seus atores.

“Fiz isso para protegê-las dos malandros”, justificou-se ao ser preso. A submissão do feminino foi descrita por mim da seguinte maneira:

Devido à sua inferioridade estrutural, a mulher deveria continuar encerrada no lar, mas agora, não para evitar os ataques demoníacos: no mundo contemporâneo, a mulher deve ser protegida dela mesma e para isto, seu corpo e sua psiquê devem ser desvendados, analisados minuciosamente. Deve-se criar normas para o controle da sexualidade e dos desejos femininos e desta forma, a casa passa a ser o reino feminino. Dentro dela, a mulher irá cumprir o saudável e sagrado dever de ser mãe e o casamento monogâmico continuará garantindo a legitimidade da prole e deixando aos homens a tarefa de ganhar a vida (ou melhor, o mundo) (SILVA, 1995, p. 19).

A brilhante análise de Colette Guilaumin a respeito da “apropriação das mulheres” apresenta-nos algumas possibilidades para tentar entender a “prisão sem trancas”. De acordo com ela, um bebê do sexo masculino já nasce um “futuro sujeito” e como tal poderá vender sua força de trabalho por ser dono de sua materialidade e individualidade. Sendo dono de si, poderá apropriar-se

individualmente de uma mulher. Como ocorre essa apropriação? Através de uma *divisão de papéis e de poder* e de um *efeito ideológico* (ideia de “natureza”) que nos ensina que as mulheres são “mais naturais que os homens”.

Seguindo a análise desenvolvida por Guilaumin, vemos que a apropriação das mulheres dá-se de várias formas que atuam em conjunto. Guilaumin divide-a em: a) apropriação do tempo, que “implica que seu tempo (seu trabalho) está disponível sem uma contrapartida contratual”, ou seja, o trabalho realizado pelas mulheres dentro da família não apenas deixa de ser remunerado, mas também encontra-se disponível a qualquer momento; mãe, filhas, tias e sogras devem atender às necessidades masculinas, a qualquer momento; b) apropriação dos produtos do corpo, notadamente a propriedade dos filhos, a escolha de tê-los ou não e a quantidade, assim, “o corpo individual, material das mulheres é separado daquilo que fabricam (as crianças), da mesma forma que suas partes secáveis (os cabelos, o leite...), e são apropriados por outros, tal como no escravismo colonial” (1992, p. 22).

A terceira forma de apropriação é a obrigação sexual, que não se relaciona à sexualidade ou ao sexo e sim ao “uso sexual”, relacionado simplesmente ao monopólio do corpo feminino. A utilização psíquica e sexual das mulheres possui duas formas: uma contratual não monetária, o casamento; e outra remunerada, a prostituição. Ao contrário da prostituição, em que o uso do corpo dá-se mediante pagamento e por um tempo pré-estabelecido, no casamento, o usufruto psíquico e físico dá-se de todas as formas e por tempo ilimitado; o uso sexual do corpo não é o único permitido e existente dentro do casamento, mas é essencial, uma vez que o não exercício sexual leva à anulação do mesmo. O fato de a mulher aceitar o intercuro sexual com outro homem, que não seu marido, é causa de divórcio, porque, dentro do casamento, ela não pode dispor de seu próprio corpo. O corpo feminino ou pertence à comunidade masculina que dele se apropria conjuntamente (prostituição) ou pertence exclusivamente a um homem (casamento, concubinato).

Maria Lúcia é um exemplo extremo do que foi dito acima, por isso sua experiência no cativoiro choca tanto. Acostumamo-nos a ver a parcela feminina dentro da dicotomia mãe/prostituta e esse hábito, esse costume, apenas é “sacudido” quando nos deparamos com uma história extrema como a de Maria Lúcia e suas

filhas. Francisco: proprietário do tempo/força de trabalho, dos produtos do corpo, da psiquê e do sexo de suas mulheres.

Outras tantas Marias vivem (?) em cativeiros aparentemente menos violentos, como demonstra a Dr^a Luíza Nagib Eluf³ que, depondo durante a CPI que investigou a violência contra a mulher, afirmou que “A mulher é um ser sexualmente castrado [...] então, nós temos a mãe, mulher santa que fica em casa [...] E a outra mulher, que é a mulher execrada, sobre a qual todo mundo atira pedras, é a prostituta que comercializa o sexo [...] Não sei dizer quem é mais vítima, se a prostituta ou a *mulher castrada que está em casa, confinada ao serviço doméstico e passível de uma escravidão das mais cruéis.*” (grifo nosso).

A história que motivou este artigo agride-nos, contudo permanecemos emudecid@s, imóveis e surd@s diante de todas as outras histórias que constantemente ocorrem. E além de não esboçarmos quaisquer reações, reafirmamos constantemente os mecanismos que lhes proporcionam a existência. Educamos, discursamos, aplaudimos ou simplesmente calamo-nos diante do fato de que as mulheres ou a “classe das mulheres”, como quer Colette Guilaumin, são socialmente construídas e entendidas enquanto propriedade masculina (privada ou pública).

Confinamentos são comuns, aliás, fazem parte do estereótipo da mulher/mãe como afirmou a juíza citada acima. A dicotomia entre o lar e o mundo, sendo o primeiro o espaço reservado às mulheres e o segundo, aos homens, é o ponto onde Francisco encontrou justificativa: é preciso proteger **suas** mulheres dos ataques de outros homens. Ataques que, como homem, ele sabe serem possíveis, reconhece suas possibilidades de existência, bem como reconhece a fragilidade do feminino e seu papel de protetor.

As representações sociais, tidas como naturais, verazes, buscam limitar a mulher ao espaço de seu corpo, “histerizando-o” foi possível mantê-la presa às suas especificidades biológicas e negá-la, anulá-la enquanto sujeito. Por isso, poucas

³ ELUF, Luíza Nagib. Depoimento concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a violência contra a mulher. São Paulo: [s.n], 1992.

tentativas de fuga, pequenos e frágeis esboços de reação por parte de Maria Lúcia e “sonhos de fuga” alimentados por suas filhas que ora viam o mundo pela televisão, ora pelas janelas.

O silêncio de Maria Lúcia diz mais do que se percebe a princípio, Eni P. Orlandi afirma que “o silêncio não é ausência de palavras, ele é o que há entre as notas de música, entre as linhas, entre os astros, entre os seres. Ele é o tecido intersticial que põe em relevo os signos que, estes dão valor à própria natureza do silêncio que não deve ser concebido como ‘meio’[...] silêncio é ‘iminência.’ (ORLANDI, 1993, p.70)

“Iminência” que diz respeito à cristalização dos sentidos, à introjeção dos valores, à aparente aceitação da violência e falta de forças. “Tecido intersticial” que uniu Maria Lúcia e Francisco e que mantém unido inumeráveis Franciscos e incontáveis Marias Lúcias.

Como animais domesticados, Maria e suas filhas esqueceram-se de que seriam capazes de viver para além da prisão. Quando fugiu pela última vez em 1983, Maria sentiu-se ‘desnorteada’, parou, sentou-se e foi recapturada por Francisco. De fato, um dos adjetivos que melhor pode ser aplicado a Maria é “desnorteada”: é realmente um indivíduo sem norte, sem rumo, sem direção. Fugir da prisão, para onde, para quê? Correr o risco de ser espancada, violada? Talvez o medo da dor física a fizesse suportar a dor psicológica. Talvez a introjeção de sua qualidade de propriedade, de seu papel social tenha sido completa, e o que nos incomoda talvez seja exatamente essa introjeção, essa aceitação, esse desempenho.

E, creio, foram esses os elementos que, agindo em conjunto, em uníssono, possibilitaram a instalação e o funcionamento da prisão sem trancas: o medo e o cumprimento efetivo de um papel social/sexual pré-estabelecido.

Referências

CHARTIER. Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUÍ. Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

DARDIGMA. Anne-Marie. *Les chatêux d'Eros ou les infortunes du sexe des femmes*. PCM/Petit Colletion Maspero. Paris: Libraire François Maspero, 1980.

ELUF, Luíza Nagib. *Depoimento concedido à Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a violência contra a mulher*. São Paulo: [s.n.], 1992.

ENTRE quatro paredes. *Revista Veja* Ed. 1406, ano 18, n. 34, p. 96, 23 ago. 1995.

FOUCAULT. Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GUILAUMIN. Colette. *Pratique du povoir et ideé de Nature*. In: *Sexe, race et pratique du povoir: la ideé de nature*. Coté femmes éditions, Paris, 1992.

ORLANDI. Eni P. *As formas do silêncio*. Campinas: UniCamp, 1993.

REICH. Wilhelm. *O assassinato de Cristo*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SILVA. Joelma Rodrigues. *Mulher "Pedra Preciosa": prostituição e relações de gênero em Brasília (1957-1961)*, Brasília: UnB, Mimeo.